



Universidade Federal de Minas Gerais
UEADSL 2025.1 - Liberdade e Cidadania

A COERÊNCIA TEXTUAL E O CONTRATO DE VERIDICÇÃO: UMA PONTE ENTRE A SEMIÓTICA E O AUTISMO

Reflexões sobre ensino e cognição

Isadora Baroni Santos¹

¹UFMG/EEFFTO Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional – isadorabaronisantos2@gmail.com

Resumo: Este artigo propõe uma análise da coerência textual a partir da articulação entre a semântica dinâmica e a semiótica discursiva, discutindo como o conceito de contrato de veridicção pode dialogar com características cognitivas de sujeitos autistas. A proposta visa refletir sobre implicações didáticas dessa relação e apresentar caminhos inclusivos para o ensino da coerência textual.

Palavras-chave: coerência textual, veridicção, autismo, semiótica discursiva, ensino inclusivo

Grupo de Pesquisa Texto Livre	Belo Horizonte	v.1	n.19	2025.1	e-ISSN: 2317-0220
-------------------------------	----------------	-----	------	--------	-------------------



1. Introdução

A coerência textual, enquanto propriedade interpretativa do discurso, vem ganhando espaço na educação básica por seu papel crucial na construção de sentidos e no combate à desinformação. Em especial, o artigo de Shimoda e Ferreira (2019) apresenta uma abordagem inovadora ao articular a semântica dinâmica com a semiótica discursiva, introduzindo conceitos como isotopia, contrato de veridicção e common ground.

Entende-se que o desenvolvimento da habilidade de identificar incoerências nos discursos é essencial não apenas para avaliações escolares, como redações dissertativas, mas também para a formação crítica dos sujeitos frente a discursos manipuladores, como fake news e conteúdos desinformativos nas redes sociais. Assim, é necessário ampliar o repertório analítico do ensino de língua portuguesa, indo além da coesão formal e incorporando reflexões semântico-pragmáticas como forma de aprimorar a interpretabilidade textual.

Diante desse contexto, este trabalho propõe expandir o debate a partir da articulação entre os conceitos de coerência e veridicção, focalizando sujeitos com transtorno do espectro autista (TEA). A escolha desse enfoque se justifica pela necessidade de compreender como diferenças cognitivas podem impactar na forma como a coerência é percebida, construída ou mesmo rompida em processos discursivos. Dessa forma, visamos contribuir para práticas pedagógicas mais inclusivas e sensíveis às diversas formas de cognição.

2. Metodologia

Este trabalho realiza uma pesquisa qualitativa de caráter teórico-bibliográfico, baseada na análise do texto de Shimoda e Ferreira (2019), articulada com estudos da cognição no TEA, particularmente no campo da linguística cognitiva e da psicolinguística. O objetivo é estabelecer um diálogo entre os campos da linguagem, semiótica e educação inclusiva.



3. Fundamentação Teórica

Segundo Shimoda e Ferreira (2019), o contrato de veridicção é um acordo tácito entre enunciador e enunciatário sobre o que é interpretado como verdadeiro em um discurso. Ele depende da adesão ao common ground, ou seja, ao conjunto de crenças compartilhadas. Esse contrato estabelece o que é esperado como verdadeiro, plausível ou aceitável dentro de uma interação discursiva. Na ausência desse pacto compartilhado, pode-se gerar a quebra da coerência externa.

No entanto, sujeitos autistas, frequentemente com padrões cognitivos singulares, podem operar com bases diferentes de conhecimento comum e de veridicção. Isso significa que o que é tomado como evidente ou pressuposto por um sujeito neurotípico pode não fazer parte do repertório de saberes prévios do sujeito com TEA. Tal descompasso pode acarretar falhas na interpretação, na produção textual e na comunicação interpessoal em geral.

Pesquisas em psicologia e linguística (Baron-Cohen, 1995; Happé, 1994) apontam que pessoas autistas tendem a apresentar dificuldades em inferências pragmáticas, teoria da mente e na captação de intenções implícitas, o que afeta significativamente sua capacidade de compreender e construir enunciados dentro de contextos sociocomunicativos compartilhados. Isso repercute diretamente no reconhecimento de coerência textual, sobretudo em enunciados cuja veracidade depende da leitura implícita de informações contextuais ou metafóricas — como ocorre, por exemplo, nos casos de incoerência externa descritos por Shimoda e Ferreira.

A ausência ou rigidez no estabelecimento do contrato de veridicção pode levar à rejeição de certas figuras de linguagem, ao não reconhecimento de ironias ou ao entendimento literal de metáforas. Em termos semióticos, haveria uma dificuldade em alinhar o regime de veridicção do enunciatário ao proposto pelo enunciador, dificultando a estabilização do sentido do texto. Portanto, compreender os desafios enfrentados por pessoas autistas em relação à coerência textual é essencial para que o ensino de leitura e produção escrita possa contemplar diferentes formas de processamento cognitivo e semiótico.



5. Conclusão

Além disso, o presente trabalho evidencia que a articulação entre as teorias do significado — particularmente a semântica dinâmica e a semiótica discursiva — oferece um ferramental analítico eficaz para o ensino da coerência textual, sobretudo ao possibilitar que se diferencie incoerências internas e externas. Quando se reconhece que a incoerência pode surgir não apenas de falhas lógicas, mas também da ruptura de expectativas comunicativas culturalmente situadas, amplia-se o olhar pedagógico para além de critérios normativos de correção textual.

No caso de sujeitos com TEA, essa compreensão torna-se ainda mais relevante. Os resultados sugerem que o ensino de coerência textual deve ser compreendido como um processo adaptativo, no qual estratégias pedagógicas precisam considerar as formas diversas de estabelecer sentido. Isso significa construir ambientes de aprendizagem que favoreçam a explicitação de inferências, a mediação do conhecimento de mundo e a valorização dos modos próprios de leitura e expressão.

Torna-se, assim, urgente a formação de professores que reconheçam a heterogeneidade cognitiva dos estudantes e estejam aptos a implementar práticas de linguagem mais dialógicas, visuais e interativas. Ao fazer isso, não apenas ampliam-se as possibilidades de desenvolvimento linguístico de sujeitos autistas, como também se fortalece uma escola verdadeiramente plural, em que a diferença é entendida como motor de inovação pedagógica e não como obstáculo à aprendizagem.

Referências

BARON-COHEN, Simon. *Mindblindness: An essay on autism and theory of mind*. Cambridge, MA: MIT Press, 1995.

FRITH, Uta. *Autism: Explaining the enigma*. 2. ed. Oxford: Blackwell, 2003.

HAPPÉ, Francesca. *An advanced test of theory of mind: Understanding of story characters' thoughts and feelings by able autistic, mentally handicapped, and normal children and adults*. *Journal of Autism and Developmental Disorders*, v. 24, n. 2, p. 129–154, 1994.

SHIMODA, Lucas Takeo; FERREIRA, Luiz Fernando. O ensino de coerência textual em enunciados verbais e não-verbais: uma abordagem alternativa. *Estudos Semióticos*, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 158–180, 2019. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1980-4016.esse.2019.160575>